

Ecologia de saberes: a experiência do diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional na comunidade quilombola da Rocinha

Ecology of knowledge: the experience of the dialogue between scientific knowledge and traditional knowledge in the community quilombola Rocinha

Ecología de saberes: la experiencia del dialogo entre conocimiento científico e conocimiento tradicional en la comunidad quilombola de la Rocinha.

Luciana Marinho SANTOS¹

RESUMO

Este artigo tem como finalidade refletir sobre o diálogo entre o conhecimento científico moderno e o conhecimento construído pelos povos e comunidades tradicionais à luz do conceito “ecologia de saberes” de Boaventura Sousa Santos. O estudo é fruto de uma experiência do projeto de educação ambiental realizado em uma comunidade quilombola, tendo as plantas medicinais como elemento do conhecimento tradicional e sua relação com a medicina convencional na comunidade. Tais questões nos possibilitaram abordar, em uma perspectiva teórica, os elementos característicos da ecologia de saberes, apontando para a importância do diálogo entre os diversos saberes, especificamente, o conhecimento tradicional e o conhecimento científico.

Palavras-chave: conhecimento tradicional; conhecimento científico; ecologia de saberes.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the dialogue between modern scientific knowledge and knowledge constructed by traditional peoples and in the light of “Ecology of Knowledge” concept by Boaventura Sousa Santos. The debate arises from a project conducted in Quilombo community. Through environmental education activities, we discussed the issue of medicinal plants as part of traditional knowledge and its relationship with conventional medicine in the community. This allowed us to address, in a theoretical perspective, the elements that characterize the ecology of knowledge, pointing to the importance of dialogue between diverse knowledges – in the specific case, of traditional knowledge and scientific knowledge.

¹ Graduada em pedagogia (UNEB), graduanda em Direito (uneb). Endereço profissional: Estrada Bruma do-livramento, km 01, UNEB, Campus XX, Brumado. E-mail: lumarinho2206@gmail.com

Keywords: traditional knowledge; scientific knowledge; knowledge ecology.

RESUMEN

Este artículo tiene como finalidad reflexionar sobre el diálogo entre el conocimiento científico moderno y el conocimiento construido por los pueblos y comunidades tradicionales a la luz del concepto de “Ecología de Conocimientos” de Boaventura Sousa Santos. El debate surge desde un proyecto realizado en una comunidad *Quilombola*. En actividades de educación ambiental se pudo discutir la cuestión de las plantas medicinales como elementos del conocimiento tradicional y su relación con la medicina convencional en la comunidad. Tal cuestión nos permitió abordar en una perspectiva teórica los elementos que caracterizan la ecología de conocimientos, apuntando para la importancia del diálogo entre los diversos conocimientos, en el caso específico, sobre el conocimiento tradicional y el conocimiento científico.

Palabras claves: Conocimientos tradicionales; el conocimiento científico; Ecología del Conocimiento.

INTRODUÇÃO

O uso de plantas medicinais com fins curativos acompanha a trajetória histórica e cultural da humanidade. Todo o conhecimento sobre plantas medicinais foi transmitido oralmente de geração a geração por meio dos mitos e rituais. Esses conhecimentos, juntamente com as práticas africanas, indígenas e europeias constituíram a base do conhecimento terapêutico tradicional. Com a industrialização e urbanização do país, o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais passou a ser sinônimo de atraso e charlatanismo. A desvalorização desses saberes contribuiu para a desvalorização cultural das comunidades tradicionais que as utilizam.

O presente artigo pretende refletir sobre a importância do diálogo entre o conhecimento científico moderno e o conhecimento construído pelos povos e comunidades tradicionais à luz do conceito “ecologia de saberes” de Boaventura Sousa Santos. Esta tentativa ainda carece de aprofundamento no que diz respeito tanto à metodologia quanto ao domínio do pesquisador. No entanto, trata-se de uma tentativa inicial de fazer, a partir de atividades concretas realizadas com a comunidade, uma reflexão teórica acerca do diálogo entre as diversas formas de conhecimento, em especial aqueles ditos científicos e tradicionais.

O estudo foi realizado a partir de experiências com a comunidade quilombola da Rocinha, localizada no município baiano de Livramento de Nossa Senhora, na execução do projeto “Ecopedagogia & Identidade Cultural: O Resgate das Plantas Medicinais na Comunidade Remanescente de Quilombos da Rocinha” pela Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento. Em virtude do contato direto com os moradores da comunidade em sua participação nas atividades do projeto, foi possível constatar a necessidade de resgatar o conhecimento das plantas medicinais que, para os mais jovens, é “coisa dos antigos”.

O resgate desse conhecimento está intimamente ligado ao fortalecimento cultural e identitário da comunidade quilombola. A prática de uso das plantas medicinais tanto na cura física quanto espiritual faz parte das relações que a comunidade desenvolveu ao longo de séculos com a natureza, consigo mesma e com o mundo que a cerca. Os saberes e práticas de cuidado com a saúde, atrelados ao uso das plantas medicinais, dizem respeito à estreita relação existente entre aspectos socioculturais e ambientais.

Situação empírica: projeto de educação ambiental na comunidade quilombola da Rocinha.

A Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento (ASAMIL) é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2004. Desenvolve projetos sociais voltados para o desenvolvimento rural sustentável em diversos municípios do Sudoeste da Bahia. Entre os seus objetivos, cabe aqui destacar: a implantação de programas e tecnologias sociais de convivência com o semiárido, o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades remanescentes de quilombo, a proteção e conservação ambiental, a promoção gratuita da educação e da saúde, mediante financiamento e com seus próprios recursos, fortalecendo a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, bem como a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares na atenção primária à Saúde, divulgando para a sociedade os benefícios das técnicas da Medicina Integrativa.

Atualmente, a ASAMIL desenvolve diversos projetos sociais, entre eles, o projeto de Educação Ambiental intitulado “Ecopedagogia & Identidade Cultural: O Resgate das Plantas Medicinais na Comunidade Remanescente de Quilombos da Rocinha”.

A Comunidade Quilombola da Rocinha está localizada na encosta da Serra das Almas, a cerca de vinte quilômetros do município baiano de Livramento de Nossa Senhora. Segundo registros da Prefeitura Municipal, o nome da comunidade surgiu em virtude da grande plantação de arroz existente na região antigamente. Para a Fundação Palmares, a Comunidade da Rocinha é uma das mais organizadas e populosas do município, contando com cerca de 500 habitantes.

Frente a este potencial de conhecimentos práticos, teóricos, culturais, entre outros, o objetivo do projeto foi desenvolver um trabalho de educação ambiental, fortalecendo a identidade cultural por meio do resgate das práticas ancestrais de utilização das plantas medicinais ainda existentes na comunidade, bem como realizar uma reflexão sobre a relação do conhecimento tradicional com o conhecimento científico. Durante as atividades do projeto, que envolveu a realização de reuniões, oficinas teóricas e práticas de educação ambiental, cultivo de plantas medicinais e produção de medicamentos naturais, discutiu-se com a comunidade a importância do conhecimento sobre a medicina tradicional e a relação deste com o conhecimento científico.

Inicialmente, partíamos da crença de que a comunidade utilizava muito pouco o conhecimento tradicional e as plantas medicinais nas suas práticas cotidianas, fossem elas de cuidado com a saúde

ou nos rituais religiosos, na cura espiritual. A intenção ingênua, vinda de fora, de nossa parte, era fazer um resgate dessas práticas, mostrando à comunidade a importância disso para as práticas de cura física e espiritual e para o fortalecimento da sua identidade cultural. No entanto, foi surpreendente perceber, na execução do projeto, que os participantes possuíam grande conhecimento acerca das plantas medicinais, sabendo não só enumerar diversas espécies, bem como falar sobre os seus diversos usos pela comunidade. Isso evidenciou em muito o nosso “pré-conceito”, ainda que não intencional, em relação à comunidade, de modo que, durante a realização do projeto, pudéssemos construir um diálogo entre os saberes existentes na comunidade e o saberes da equipe responsável pela execução do projeto.

Vale ressaltar que o público da comunidade que mais se envolveu nas atividades foi formado por mulheres, adultas e idosas, com boa participação de adolescentes e crianças. A nosso ver, como o conhecimento das plantas medicinais é ancestral, é natural que as pessoas mais velhas sejam as “guardiãs” desses saberes. São as mulheres que conhecem os usos das plantas e perpetuam esse conhecimento às gerações posteriores.

Encontramos mulheres curadoras, também conhecidas como rezadeiras ou benzedadeiras, que utilizam as ervas nos rituais de cura espiritual. Todavia, na fala dessas mulheres, constata-se a tristeza de ver esses saberes se perderem, uma vez que os jovens, principalmente homens, vêem essas práticas como coisa “dos antigos”. Dessa forma, percebe-se que na comunidade, no que diz respeito aos jovens, há forte necessidade de resgatar os saberes das plantas medicinais que se perdem por influência do conhecimento hegemônico da medicina científica convencional.

Porém, ficou evidente o fato de que os remanescentes de quilombos possuem profunda relação com o meio ambiente. A relação homem-natureza é ancestral e, por isso, constitui-se em traço identitário dessas comunidades. A terra é muito mais do que a fonte de subsistência, delimita o território, o espaço de vida, de convivência, de resistência e de perpetuação dos saberes e práticas dos antepassados. Dessa forma, o vínculo com a terra é um dos aspectos que definem a sua identidade étnica e cultural. Em virtude dessas características, as comunidades quilombolas fazem parte dos denominados “povos e comunidades tradicionais”.

Esses povos possuem relação peculiar com o território e com o meio ambiente. Nesse contexto, surge o conceito de territorialidade. Além do espaço geográfico que delimita os limites de suas terras, a territorialidade está também ligada ao pertencimento histórico e cultural ao lugar. É a marca da identidade dessas populações tradicionais. Identidade que significa dizer que os povos tradicionais sabem quem são e se reconhecem como tais. Acerca disso, Freitas¹ (2013, p.8), afirma que “o seu modo de vida e suas instituições são distintos da sociedade em geral, o que faz com que estes grupos se auto-reconheçam portadores de uma identidade própria”.

A sustentabilidade, compreendida como as práticas de relação com a natureza que garantam a melhoria das condições de vida para as gerações atuais e futuras, também é outro conceito

importante para os povos e comunidades tradicionais e garante a perpetuação dos saberes e práticas ligados à sua relação com o meio em que vivem.

Portanto, valorizar as práticas de uso das plantas medicinais é contribuir para o fortalecimento da sua identidade cultural e para o conhecimento do potencial medicinal da flora da região. Acreditamos que esse conhecimento seria de extrema importância se reconhecido não apenas de maneira formal, mas material, nas políticas e programas de atenção primária no Sistema Único de Saúde.

A Rocinha não possui assistência do Programa Saúde da Família na própria comunidade. O PSF fica em uma comunidade vizinha, Itaguaçu. Quem faz o acompanhamento dos moradores são os agentes de saúde que visitam as casas e dão orientação de cuidados primários com a saúde. Há práticas de usos das plantas medicinais que, como foi dito anteriormente, ainda fazem parte do cotidiano das pessoas mais velhas.

A atuação dos agentes de saúde não impossibilita a existência de uma forte cultura da medicina tradicional como o uso dos chás, tinturas, entre outros, que de certa forma acabam por dialogar com os conhecimentos científicos. Tal processo de diálogo se dá muito ao acaso e, a nosso ver, se fosse realizado de forma intencional e sistematizada, poderia enriquecer ainda mais ambos os processos e formas de conhecimento em questão.

Apesar da necessidade de perpetuação desses saberes aos mais jovens, percebe-se que há pouco interesse, principalmente dos homens, em relação a estes conhecimentos. Pode-se afirmar que os saberes tradicionais da comunidade acerca das plantas medicinais são vistos como “coisa dos antigos, dos mais velhos”, ou seja, predomina a concepção hegemônica de que é um saber inferior à medicina científica. O que se percebe é que há uma tentativa dos mais velhos de manter e perpetuar a tradição, de um lado, e a resistência ou indiferença de muitos jovens e homens, de outro.

Não há, de forma explícita, um conflito entre os saberes da comunidade acerca das plantas medicinais e os saberes da medicina convencional, em virtude da atual predominância deste último. Pode-se afirmar que aconteceu com o conhecimento ancestral das plantas medicinais o mesmo que ocorreu com as religiões de matriz africana: um processo de aculturação. Na comunidade em questão, é praticamente um tabu falar sobre as religiões afrobrasileiras, pois embora seja uma comunidade remanescente de quilombos, é majoritária e explicitamente católica. Assim, o que se vê na comunidade é o culto explícito ao catolicismo e o culto oculto às religiões de matriz africanas. Analogicamente, podemos dizer que, apesar da hegemonia do conhecimento da medicina convencional, ainda há práticas de usos de plantas medicinais no combate às doenças, na cura física e espiritual. Ou, de outra perspectiva, apesar das práticas tradicionais, o conhecimento científico é o predominante.

Uma tentativa de operacionalização da ecologia dos saberes

Como foi apresentado, o projeto tem desenvolvido uma práxis de educação ambiental, utilizando as plantas medicinais como elementos articuladores entre os saberes sociais e culturais e as práticas de cuidado com a saúde e com a natureza. Isso tem possibilitado uma articulação entre os saberes específicos da comunidade com o saber científico, construindo uma concepção de desenvolvimento pautada na sustentabilidade.

O resgate das práticas ancestrais de utilização das plantas medicinais está intimamente ligado ao resgate cultural da comunidade remanescente de quilombo. Portanto, não se pode falar de uma prática que considere apenas os aspectos ambientais ou socioculturais; é fundamental ter uma compreensão de que todos estes elementos estão intimamente ligados: as práticas culturais, a questão identitária e os cuidados com a saúde.

Durante as ações do projeto, em especial nas oficinas, a equipe, integrada por profissionais com formação em pedagogia, letras, ecologia, engenharia florestal, permacultura, fitoterapia, entre outras, tratou de abordar o conhecimento técnico que, por sua vez, logo no processo de aprendizagem, transformava-se em um processo de ensino-aprendizagem, pois as pessoas da comunidade não só aprendiam conhecimentos, mas também ensinavam aos técnicos os conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Dessa forma, ainda que de forma não intencional, operava-se – a nosso ver – o conceito de ecologia de saberes, pois tais conhecimentos, ainda que diversos e diferentes em sua natureza, não gozavam de superioridade, mas sim de uma capacidade dialógica que possibilitou enriquecer ambos os conhecimentos.

Nas atividades, portanto, valorizava-se a diversidade de saberes, a diversidade de conhecimentos, a ecologia de saberes, quando as pessoas da comunidade sabiam enumerar os diversos usos das plantas medicinais, bem como o nome científico e popular, além de diversas receitas. De forma muito tranquila, desenvolvia-se ecologia de saberes.

MÉTODO DE PESQUISA

A metodologia utilizada para a realização do trabalho baseou-se na pesquisa de textos e de documentos que possibilitaram a reunião de importantes informações acerca do tema, advindas do levantamento bibliográfico. Porém, além da leitura de textos diversos, como artigos científicos, legislação e cartilhas oficiais que tratavam sobre a temática da saúde e do tema da ecologia de saberes, realizamos uma importante sistematização e registro das conversas (formais e informais), bem como entrevistas realizadas durante os encontros, reuniões e oficinas do projeto.

Em todas essas atividades, as exposições eram dialogadas, ou seja, resultavam em debate e reflexão coletiva entre pesquisadora e membros da comunidade. Para os debates acerca do tema saúde, fez-se em determinados momentos questões sobre o conhecimento científico e a relação com o conhecimento tradicional a fim de obter informações provenientes da comunidade no que diz

respeito ao seu entendimento e posição a cerca do tema. Todas as discussões foram posteriormente sistematizadas e, a partir de uma leitura crítica, o colocamos em diálogo com as questões tratadas nesse artigo.

Tratamento teórico

Boaventura de Sousa Santos (2004)¹, ao contextualizar o conceito ecologia dos saberes traz uma discussão sobre a hegemonia e a dominação do conhecimento científico. Segundo ele, existem outros conhecimentos que dão conta de explicar a nossa realidade. Além disso, o autor ainda questiona a razão de serem denominados “tradicional, alternativos ou periféricos” todos os “conhecimentos não científicos”. Segundo ele, a hierarquia entre o científico e o não científico evidencia uma relação de dominação. Boaventura fala da necessidade de igualdade entre essas formas diferentes de conhecimento e propõe o diálogo numa relação horizontal, na qual não há conhecimento superior ou inferior, mas concepções diferentes da realidade que devem comunicar-se, tornando-se interdependentes.

Outro aspecto relevante do conceito de ecologia dos saberes, que dialoga com a relação entre o conhecimento popular das plantas medicinais e o saber da medicina convencional tratado neste artigo, é que ele parte da compatibilidade entre valores cognitivos e ético-políticos. A relação entre o saber popular e científico, marcadamente desigual, ultrapassa as diferentes concepções que cada uma possui acerca dos objetos e dos sujeitos. A hegemonia do saber científico significa também a hegemonia daqueles que detêm esse saber em detrimento daqueles que não o possuem. Isto significa afirmar que essa hegemonia é reflexo e reflete as relações desiguais entre grupos sociais: entre “cientistas” e comunidades e povos tradicionais, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, por exemplo. Ou seja, é também o contexto marcado pelas lutas por direitos e disputas de poder.

Santos (2004, p.13), em estudo intitulado “O Fórum Social Mundial: Manual de uso” afirma que o que está em questão é o “problema epistemológico da validade e da utilidade do conhecimento científico”¹. Segundo ele, a tecno-ciência está a serviço da globalização hegemônica, promovendo-a, legitimando-a e, por outro lado, deslegitimando e desacreditando as concepções anti-hegemônicas. Afirma ainda que:

perante saberes rivais, o conhecimento científico hegemônico ou os converte em matéria-prima (como é o caso do conhecimento indígena e camponês sobre a diversidade) ou os rejeita na base da sua falsidade ou ineficácia à luz do critério hegemônico da verdade e da eficácia. (Santos, 1995, 2000, 2003 a).¹

Santos (2004) traz, neste contexto, o conceito de Sociologia das ausências, que segundo ele, está relacionada às lógicas ou modos de produção da não-existência das práticas e saberes construídos fora da ótica tecno-científica. São cinco lógicas apresentadas por ele: a monocultura e rigor do saber científico que coloca a ciência como detentora da verdade; a monocultura do tempo linear que

classifica os povos em modernos/atrasados, desenvolvidos/subdesenvolvidos; a monocultura da naturalização das diferenças (raciais e sociais); a monocultura do universal e do global que exclui as especificidades; e a monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista. Diante disso, o autor propõe a substituição da sociologia das ausências pela ecologia dos saberes.

A concepção de ecologia de saberes parte do pressuposto de que não existe ignorância ou conhecimento total. É justamente a “ignorância”, ou seja, a incompletude, que vai demandar o diálogo e a troca entre diferentes conhecimentos. Ainda segundo Santos (2004,p.19):

A ecologia dos saberes visa criar um novo tipo de relacionamento entre o saber científico e outras formas de conhecimento. Consiste em conceder ‘igualdade’ de oportunidades às diferentes formas de saber (...) visando a maximização dos seus respectivos contributos para a construção de ‘outro mundo possível’, isto é, de uma sociedade mais justa e democrática(...)¹.

Em suma, afirma que não se trata de compreender todas as formas de conhecimento com a mesma validade, mas possibilitar discussões pragmáticas de alternativas que não podem ser desqualificadas apenas por não se ajustarem ao conhecimento científico moderno.

Moreira² (2007), em artigo intitulado “Conhecimento tradicional e a proteção”, afirma que “o conhecimento tradicional é a forma mais antiga de produção de teorias, experiências, regras, conceitos, isto é, a mais ancestral forma de produzir ciência.” Essa definição de conhecimento tradicional trazida por Moreira vai de encontro à visão predominante de ciência moderna, que se coloca em um status diferenciado do conhecimento tradicional. De um lado, nós temos a ciência e, do outro, temos o conhecimento tradicional, popular. O conhecimento dito popular e tradicional foi construído ao longo de muitos anos e é fruto das peculiares formas de ser e de viver dos povos e comunidades que são titulares desse conhecimento. É um conhecimento formado a partir de uma relação distinta entre esses povos e o meio em que vivem. Conhecimento intimamente ligado aos seus processos identitários e históricos.

No que diz respeito ao conhecimento construído por comunidades tradicionais acerca das plantas medicinais, é relevante dizer que ele não se restringe a um “mero repertório” ou “listagem de espécies vegetais”. Moreira (2007)² coloca ainda que “em verdade, eles compreendem as fórmulas sofisticadas, o receituário e os respectivos procedimentos para realizar a transformação.” Estes saberes, também denominados locais, são fruto de um longo processo de interação com a natureza, no qual esses povos, ancestralmente, desenvolveram práticas e tecnologias de cuidado com o solo e de cultivo das plantas medicinais.

Moreira² (2007), nesse contexto, afirma a necessidade de compreender que a distinção que marca essas sociedades demanda uma visão também diferente de Estado e de sociedade, demanda uma mudança de percepções, discussões e ações, demanda o exercício da alteridade. Citando Antonio

Pinheiro (2005,p.20), complementa, afirmando que:

Há que ser alteridade para aceitar que são sociedades diferentes, constituídas por sujeitos que pousam outro olhar, sobre o significado e relacionamento com o mundo, dispare dos nossos por conta de uma lógica e interação diferenciada com o meio que o circunscreve, assim devem ser aceitos e respeitados, sem que se use este diferencial como diminuidor de sua qualidade ou argumento para expropriação dos seus direitos².

A Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais determina que é responsabilidade do poder público zelar pela integridade dos povos tradicionais, garantindo a eles os mesmos direitos que são garantidos aos demais cidadãos, respeitando, todavia, as peculiaridades dos seus modos de vida. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, no artigo 216, afirma que as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações, elementos arqueológicos, paleontológicos, ecológicos e científicos constituem patrimônio cultural brasileiro, visto que são, individual ou coletivamente, “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

Dantas (2006,p.81) afirma sobre a Carta de 1988 que incluiu “os diferentes modos de pensar e fazer e a dinâmica dos processos culturais e das práticas sociais.” No seu artigo intitulado “Base Jurídica para a proteção dos conhecimentos tradicionais”, o autor fala a respeito da histórica invisibilidade dos povos indígenas e negros em relação aos seus direitos culturais. Afirma ainda que o contexto atual demanda a concretização dos direitos já constitucionalmente reconhecidos. Em relação à proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais, ele afirma que:

é um desafio político e jurídico da atualidade a construção de um espaço público intercultural dos direitos diferenciados, que, pelos processos de lutas, supere as trocas desiguais e possibilite o desenvolvimento integral dos povos (...) sem opressão ou qualquer forma de dominação (DANTAS, 2006, p.87).

Para a constituição desse “espaço intercultural”, serão necessárias, segundo Dantas (2006, p.92), “mudanças estruturais no conceito clássico de Estado e de cidadania”, visto que essa transformação deve provocar “uma ruptura com o tempo da espoliação dos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, implicando no reconhecimento, proteção e efetivação desses direitos.”

Moreira² (2007, p.14), no que tange ao conhecimento das populações tradicionais, ainda coloca que o cenário é de antagonismos, marcado pelo conflito entre os saberes práticos das populações tradicionais e o saber “controlado pelos grandes laboratórios de biotecnologia, pelas empresas farmacêuticas e demais grupos econômicos que detêm o monopólio das patentes, das marcas e dos direitos intelectuais sobre os processos de transformação e processamento dos recursos naturais.”

De acordo com informações da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
ISSN 1982-8829 Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 8(2), 243-256, jun, 2014//

no SUS e do documento intitulado “A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos”, o uso das plantas com fins medicinais é tão antigo quanto a história da humanidade. No Brasil, o seu uso está associado à diversidade das relações entre negros, brancos e indígenas que, a partir da necessidade concreta em relação às questões de saúde, conseguiram desenvolver práticas que contribuíram para o vasto conhecimento que temos sobre as plantas medicinais. Essas práticas tradicionais perduraram durante séculos e eram a principal forma de manutenção da saúde e prevenção de doenças.

No século XX, com o processo de industrialização, urbanização, avanço tecnológico, a institucionalização dos serviços de saúde e o advento da alopatia, houve aumento da utilização destes medicamentos e o conhecimento tradicional das plantas medicinais foi deixado de lado porque era visto como atraso tecnológico, associado às crenças populares e sem bases científicas.

A partir dos anos 70 e 80, a utilização de remédios naturais, como os fitoterápicos, foi retomada. A Fitoterapia, assim, foi retomada e os estudos científicos com plantas medicinais também. Apesar de o conhecimento da medicina científica ser ainda hegemônico, o uso terapêutico de plantas medicinais está sendo incorporando nas práticas de atenção básica à saúde. A implantação da medicina alternativa nos sistemas oficiais está em consonância com a Organização Mundial de Saúde e com as diretrizes do SUS. Como documentos norteadores das práticas de incorporação do conhecimento das plantas medicinais no SUS, temos a Política Nacional de Plantas Medicinais e a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares na atenção primária à saúde, que buscam a integração entre a medicina tradicional e a medicina complementar alternativa nos sistemas nacionais de atenção à saúde.

Infelizmente, o processo de incorporação e reconhecimento prático material da medicina complementar alternativa e das práticas tradicionais tem sido demasiadamente lento, segundo o que aponta a própria comunidade, pois os profissionais não são preparados para incorporar tais conhecimentos e assim torná-los uma prática, quando possível, no SUS.

Ainda assim, é importante destacar que as comunidades tradicionais que, ao longo de séculos, construíram essas práticas e saberes hoje apropriadas pela medicina convencional, não são consideradas titulares desse conhecimento.

Ao tratar os demais saberes como alternativos, os órgãos de saúde já partem da concepção de que há um conhecimento que lhes é superior. As comunidades não possuem autonomia, uma vez que os seus saberes devem ser validados pela ciência para assim serem utilizados nos sistemas de saúde, repetindo a lógica de submissão do saber popular ao saber científico, repetindo a lógica da inferiorização e marginalização do saber tradicional, perpetuando as práticas de expropriação desses saberes que são agora apropriados e utilizados a serviço da “verdadeira” ciência.

Ao longo dos séculos, as constelações de saberes foram desenvolvendo formas de articulação entre

si e hoje, mais do que nunca, importa construir um modo verdadeiramente dialógico de engajamento permanente, articulando as estruturas do saber moderno/científico/ocidental às formações nativas/locais/tradicionais de conhecimento. O desafio é, pois, de luta contra uma monocultura do saber, não apenas na teoria, mas como uma prática constante do processo de estudo, de pesquisa-ação (SANTOS, 2004, p.32)².

Na verdade, a retomada da medicina alternativa evidencia um momento de questionamento da medicina “científica”, de um modelo de conhecimento baseado em uma metodologia que descarta tudo o que não pode ser quantificado, comprovado. A lógica da especialização, do conhecimento fragmentado, compreende a saúde de uma forma diferente das formas construídas pelos povos e comunidades tradicionais, como a Comunidade Quilombola da Rocinha, por exemplo. A incorporação de saberes “alternativos” à medicina científica não é possível enquanto perdurar a hierarquia de saberes, o modelo uniforme que tende a homogeneizar e excluir as diferenças. Como afirma Gitany (2008) no artigo “Ecologia de saberes: na direção de um novo paradigma científico”, a ecologia dos saberes implica em uma “revolução epistemológica”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado na Comunidade Quilombola da Rocinha não possibilitou, seja por sua metodologia ou pela falta de domínio teórico-prático no que diz respeito à ecologia de saberes, um aprofundamento nas questões apresentadas, porém nos apontou um conjunto de elementos que, sem dúvidas, devem ser objeto de pesquisa aprofundada.

Mesmo assim, conseguimos perceber o potencial e até mesmo a necessidade do diálogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico e isso não se restringe às questões relacionadas à saúde. Quando tratamos desse diálogo, queremos enfatizar que, mesmo sabendo da hegemonia imposta pelo conhecimento científico, este não deve ser desconsiderado, pois, segundo nossa compreensão, cada conhecimento à luz da ecologia de saberes tem seu grau de importância.

Atualmente, para que as plantas medicinais e a fitoterapia sejam utilizadas no SUS, elas devem atender aos requisitos de eficácia, segurança e qualidade, obtidos por meio da validação técnico-científica. Segundo os elementos teóricos até aqui tratados, o que se questiona é se essa é de fato a única e a melhor forma de legitimar o conhecimento popular das plantas medicinais.

O desafio do diálogo se coloca inclusive para as questões reconhecidas pela própria ciência. A fitoterapia, por exemplo, possui natureza complexa e multidisciplinar, de modo que não pode ser utilizada como mais um recurso dentro das práticas convencionais; e, mesmo entre as práticas convencionais, faz-se necessário um diálogo interdisciplinar.

É imprescindível compreender que é necessária uma mudança no modelo hegemônico de cuidado com a saúde e de tratamento de doenças. Essa compreensão não pode ser limitada aos padrões técnico-científicos, pois, como percebemos na comunidade quilombola da Rocinha,

quando a compreensão em relação à saúde foge a esses padrões, mas dialoga com os eles, práticas importantes se fortalecem.

As práticas de incorporação das denominadas medicinas alternativas ou populares aos sistemas oficiais de saúde parecem equivocadas porque é, no mínimo, contraditório compreender os diversos saberes (alternativos, tradicionais, populares, locais) sob a ótica da ciência. No entanto, sob a ótica do diálogo não existe contradição, mas reconhecimento mútuo. Um maior empoderamento dos saberes tradicionais e populares contribuiria para a multiplicação de conhecimentos acerca dos contextos e práticas em que os diferentes saberes concebem a saúde e a doença e também as formas de tratamento e cura. Vale destacar que o termo empoderamento aqui pode ser entendido como ações de visibilidade, reconhecimento, disseminação e fortalecimento das práticas tradicionais.

Acreditamos, porém, que enquanto for necessário utilizar apenas o método científico para validar essas outras formas de conhecimento; enquanto o critério ainda for ditado pela ciência hegemônica, não é possível falar de um diálogo, de uma ecologia de saberes. Não é possível falar de trocas entre saber científico e não científico; não é possível falar em autonomia e direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre o conhecimento que produzem ao longo de séculos. Não se pode falar na construção de um espaço intercultural dos direitos diferenciados.

O cenário atual é de questionamento e crise de um modelo (científico) que já se mostrou incapaz de responder a todas as perguntas, de atender a todas as demandas da sociedade atual. É impossível incorporar algo novo a uma estrutura que continua a mesma. Isto significa dizer que para a ciência incorporar as ditas “práticas alternativas e complementares” é imprescindível que ela modifique o próprio conceito hegemônico de ciência. É necessário desconstruir as bases da sua própria criação: o pensamento mecanicista, fragmentado, especializado e incorporar uma concepção integrada, holística, imprescindível para possibilitar uma comunicação com os demais saberes de forma não antagônica e não dominadora.

Parafraseando o pensamento de Boaventura Sousa Santos (2004), cabe destacar que as concepções de racionalidade e eficácia características do conhecimento científico hegemônico são muito estreitas para incorporar a grande riqueza, diversidade e complexidade da dinâmica social. Assim, a ciência, com o rigor dos seus critérios, ao desacreditar ou se colocar em posição de superioridade, contribui para o estreitamento das nossas percepções sobre a realidade e desperdiça oportunidades e espaços de construção de uma sociedade mais justa e democrática. Romper com a estreiteza, porém, não é romper com o conhecimento científico, mas com a forma com que é concebido na atualidade, colocado a serviço de minorias empoderadas que exploram e dominam o conjunto da sociedade.

Em síntese, estamos tratando de apontar que um diálogo de saberes necessariamente realizará mudanças nas práticas ditas tradicionais e também nas práticas ditas científicas, afinal de contas, cada qual carrega consigo um grau de tradição e cientificismo que só poderão ser adequadamente

reconhecidos a partir de um diálogo entre tais saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: Manual de Uso**. Madison, Dez 2004. Disponível em:< <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em 10 Mar.2014.
2. MOREIRA, Eliane. **Conhecimento Tradicional e a Proteção**. T & C Amazônia, Ano V, Número 11, Junho de 2007.
3. DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. **Base Jurídica para a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais**. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.80-95, maio/out. 2006.
4. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC: atitude de ampliação de acesso**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
5. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
6. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 77 p.
7. GITANY, Leda. **ecologia de saberes: na direção de um novo paradigma científico?** Jornal Unicamp, 29 set a out 2008, p.11.
8. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: Normas Vigentes e Propostas**. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
9. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica: pontos resumidos para uma discussão**. Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.
10. ARNOUS, Amir Hussein; SANTOS, Antonio Sousa & BEINNER, Rosana Passos Cambraia. **Plantas Medicinais de Uso Caseiro: Conhecimento Popular e Interesse por Cultivo Comunitário**. Revista Espaço para a Saúde, Londrina, v.6, n.2, p.1-6, jun.2005.
11. Alvim NAT, Ferreira MA, Cabral IE, Almeida Filho AJ. **O Uso de Plantas Medicinais** ISSN 1982-8829 Tempus, actas de saúde colet, Brasília, 8(2), 243-256, jun, 2014//

como recurso terapêutico: Das influências da formação profissional às implicações éticas e legais de sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizada pela enfermeira. Rev Latino-am Enfermagem 2006 maio-junho; 14(3). Disponível em: < www.eerp.usp.br/rlae>. Acesso em 05 Abril. 2014.

12. CUNHA, Manuela Carneira da. **Relações e Dissensões entre Saberes Tradicionais e Saber Científico.** Conferência realizada na Reunião da SBPC em Belém, Pará, em 12/7/2007.

13. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3764> . Acessado em 03 Abril. 2014.

14. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Artigo apresentado em 07/04/14

Artigo aprovado em 18/05/14

Artigo publicado no sistema em 29/06/14